

Multinacionais organizam sua campanha para mudar Carta

ELEONORA DE LUCENA

Editora de Economia

As empresas multinacionais instaladas no Brasil estão desencadeando uma campanha —orçada em mais de US\$ 1 milhão— para derrubar do texto da nova Constituição itens que elas consideram nocivos ao seu desempenho. Com propaganda na televisão, anúncios em jornais e revistas, distribuição de folhetos, conversas com parlamentares, ministros, governadores e até com o presidente da República, elas esperam convencer a opinião pública de que o capital estrangeiro é importante para o país e não pode ser discriminado na nova Carta.

Com esse mesmo objetivo, quatro presidentes de multinacionais —Robert Broughton, da Shell; Roberto Paulo Cezar de Andrade, da Brascan; Henrique Sérgio Gregori, da Xerox e Anselmo Nakatani, da Furukawa— reuniram ontem a imprensa, no sede do Jockey Club, no Rio. Eles reconhecem que o movimento está atrasado em relação às decisões já tomadas pelo Congresso constituinte. Agora, só é possível suprimir itens do texto, sem introduzir novos conceitos. Mesmo assim, as empresas vão fazer sua tentativa.

“Antes tarde do que nunca”, afirma Andrade, da Brascan. Na sua opinião, se a Constituição ficar como está, o país sofrerá “um atraso de consequências danosas”. Broughton, da Shell, crê que se a mudança não for feita agora, ela “será feita mais tarde, na lei ordinária ou daqui a cinco anos”, quando a Constituição será revista.

São quatro os itens que as multinacionais querem mudar no texto final da Constituição: o que define empresa brasileira de capital estrangeiro; o que dá preferência às empresas nacionais na aquisição de bens e serviços pelo poder público; o que nacionaliza o setor mineral e o que proíbe os contratos de risco.

Na visão do presidente da Shell, os constituintes deveriam simplesmente

Carlos Ivan / Agência Globo



Robert Broughton, presidente da Shell

te suprimir da Carta todo o artigo 200, que fixa como empresa brasileira de capital nacional “aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidades de direito público interno”.

Broughton considera esta definição “uma coisa supérflua” para estar numa Constituição. Acredita que, se essa formulação for mantida no texto final, podem haver mudanças nos planos de investimentos estrangeiros no país. Afirma estar preocupado, especialmente, em relação ao poder decisório nas empresas. De acordo com sua análise, muitas das multinacionais que participam hoje de “joint ventures” com empresas nacionais têm poder de veto em questões cruciais —como mudança de estatuto, investimentos, destinação de lucros—, mesmo sendo o capital minoritário na associação. É o chamado acordo de acionistas, que não poderá mais ser feito, caso seja mantido o atual texto da nova Constituição.

Conforme o relato dos presidentes das multinacionais, as matrizes acompanham com perplexidade toda esta discussão em torno da Constituição. De uma maneira geral, elas costumam se pautar pelas decisões do governo. O problema é que agora há uma divergência entre o que o governo quer fazer (abrir mais a economia, como prega a nova política industrial) e o que o Congresso constituinte está definindo (uma maior restrição ao capital estrangeiro).

Enquanto esta questão não se decide, as companhias resolveram agir. “Vamos dizer que as multinacionais não são nem demônio, nem anjo; é um capital como outro qualquer”, diz Roberto de Andrade, da Brascan.

Andrade afirma que o papel do governo é fundamental para mudar esse quadro da Constituição em relação ao capital estrangeiro. Para ele, o governo começou a sair “de cima do muro” com a divulgação da nova política industrial. Agora, ele acredita que o governo deve mobilizar sua base de apoio entre os constituintes para mudar a Carta no mesmo sentido de sua política econômica.

Essa é uma tarefa muito difícil, na avaliação dos quatro presidentes das empresas. Eles admitem que o movimento, iniciado em maio, deveria ter sido desencadeado mais cedo. Dizem que contavam com o poder de influência da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) entre os constituintes. Depois das votações, resolveram estruturar o movimento, que dizem ser informal e que já conta com 16 multinacionais (General Motors, Volkswagem, Xerox, Furukawa, Brascan, Atlantic, Shell, Esso, Philips, Sanbra, White Martins, Ciba Geigy, British Petroleum, Saint Gobain, Ferteco e Rhodia).

Leia mais sobre o Congresso constituinte na pág. A-6

Empresas nacionais querem manter texto

As empresas nacionais também estão programando uma campanha junto aos constituintes para influenciar a votação no segundo turno. Elas querem que o texto final fique exatamente como está, beneficiando o capital nacional. Nos próximos dias, um grupo de indústrias ligadas aos setores farmacêutico, metalúrgico, pecuário e de química fina vão fundar, em Brasília, a Câmara Brasileira das Empresas de Capital

Nacional. A nova entidade terá entre os seus objetivos a defesa dos princípios definidos na Carta em elaboração.

José Carlos Magalhães, presidente da indústria química Sintogran e diretor do laboratório Sintofarma, afirma que a campanha desencadeada no Congresso constituinte prevê a elaboração de folhetos e a publicação de anúncios na imprensa. Para isso, os empresários devem consti-

tuir um fundo para reunir recursos financeiros.

Magalhães protesta contra a campanha que as multinacionais anunciam desenvolver nos próximos dias. “É uma forma de ingerência dentro dos interesses nacionais”, diz. Para ele, o país deve ter espaço para empresas multinacionais e nacionais. “Mas as de capital nacional devem ter prioridade, como acontece nos países desenvolvidos”, arre-mata. (EL)